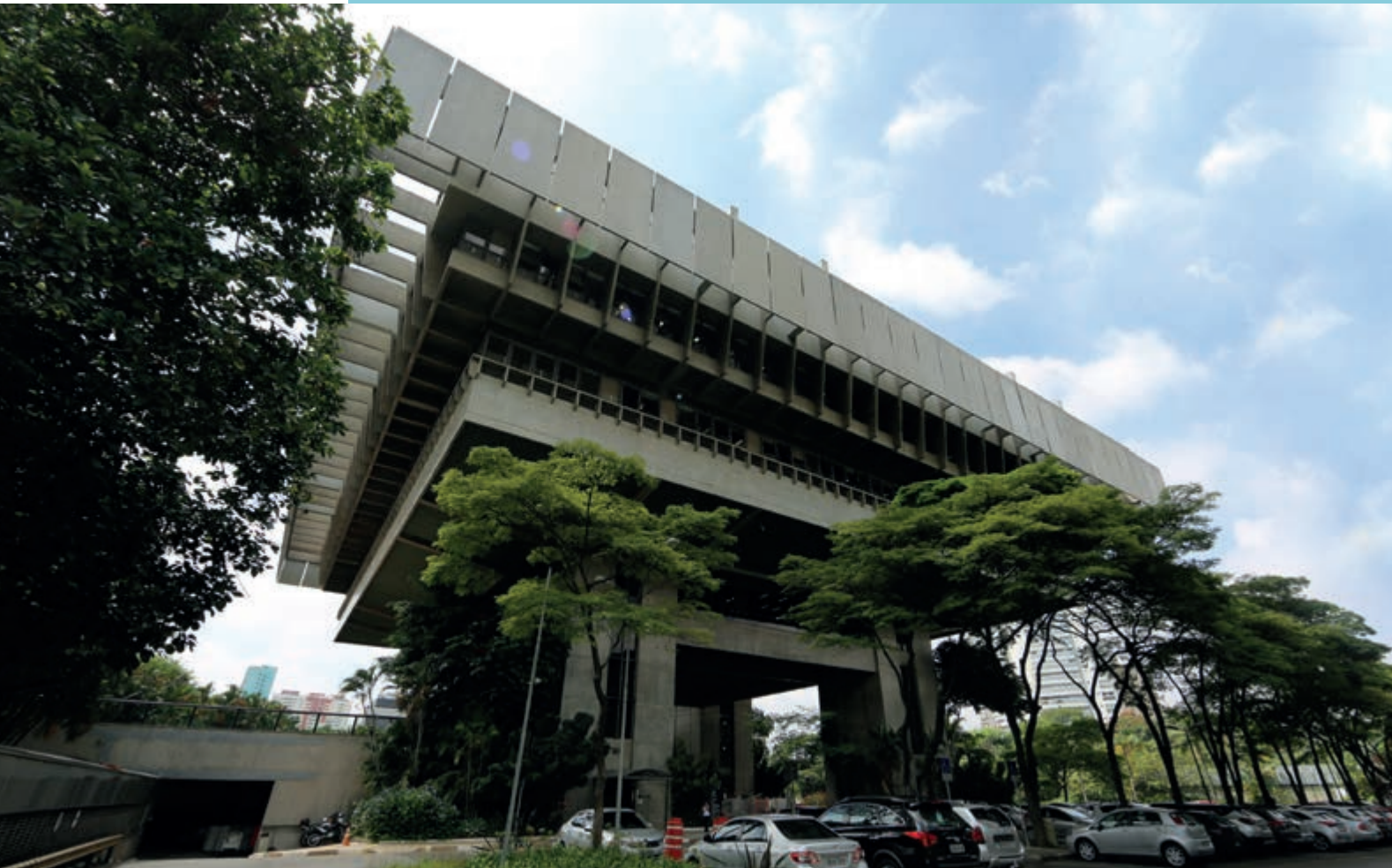


2018

PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS - 2018
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SUMÁRIO EXECUTIVO



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**



ISO 9001

Conselheiros

Presidente João Antonio da Silva Filho

Vice-Presidente Roberto Braguim

Corregedor Edson Simões

Conselheiro Maurício Faria

Conselheiro Domingos Dissei

INTRODUÇÃO

O Sumário Executivo, versão simplificada do Parecer Prévio do TCMSP sobre as Contas da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), tem por objetivo apresentar aos interessados a análise da Prestação de Contas de 2018.

Conforme previsto na Lei Orgânica do Município de São Paulo, a Câmara Municipal exerce o controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), ao qual compete a emissão de Parecer Prévio acerca das contas prestadas anualmente pelo prefeito para que seja objeto de deliberação pelo legislativo.

Serão abordados os números relativos à arrecadação da Receita, execução da despesa e resultado orçamentário de 2018, bem como dados patrimoniais, com a análise da Dívida Ativa, do endividamento da PMSP e do atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Município de São Paulo, em termos básicos, apresentou um quadro de equilíbrio fiscal, não tendo vivenciado, em 2018, os mesmos desequilíbrios das contas públicas enfrentados por muitos outros entes da federação, o que não o torna imune a determinados riscos fiscais identificados no exercício, que devem ser tratados para não comprometerem as contas públicas.

Informações importantes

Quando a Prefeitura decide realizar uma despesa pública, esta precisa passar pelos seguintes estágios: empenho, liquidação e pagamento. O empenho é o ato que autoriza a realização da despesa.

A liquidação acontece quando é verificado que a entrega do bem ou serviço foi realizada de maneira satisfatória. Depois disso, a Prefeitura

efetiva o pagamento pela prestação do serviço ou fornecimento do bem. Em 2018, o Município efetuou empenhos de R\$ 54,3 bilhões, liquidações de R\$ 51,8 bilhões e pagamentos de R\$ 51,4 bilhões.

Sempre que possível, utilizaremos neste Sumário Executivo os valores liquidados.

SUMÁRIO





SUMÁRIO

Receita.	7
Despesa.	9
Resultado	11
Situação financeira do município.	12
Situação patrimonial do município	15
Aplicações constitucionais.	17
Responsabilidade fiscal	18



PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS

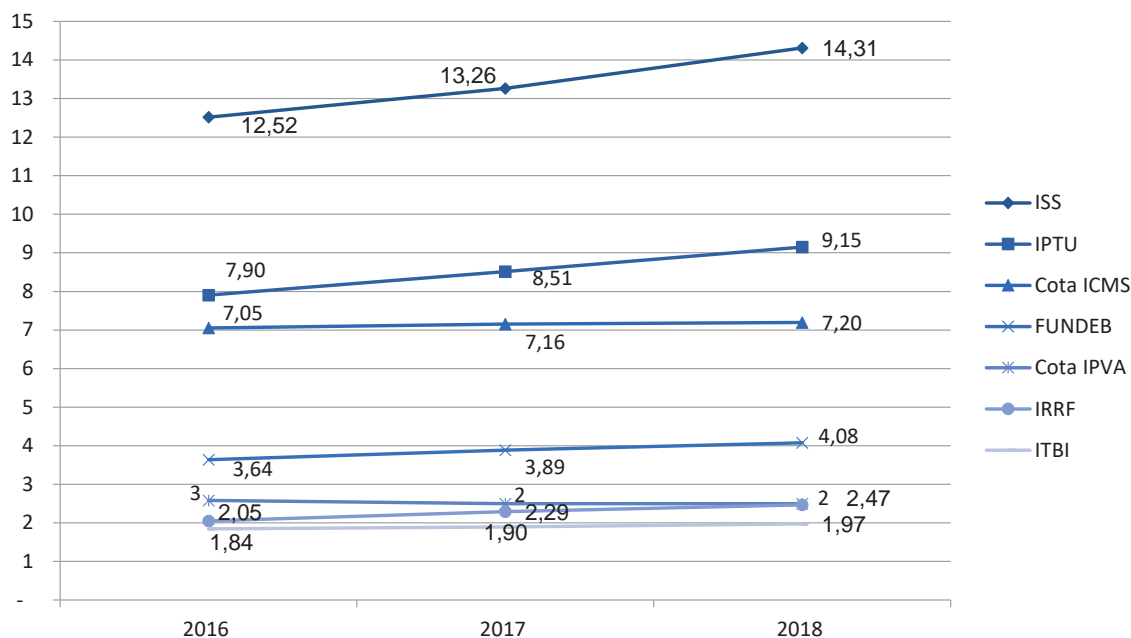
RECEITA

As receitas da Prefeitura alcançaram R\$ 54,3 bilhões, em 2018.

Nas **Receitas Correntes**, houve aumento na arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em comparação com 2017. Em relação ao ISS, houve um acréscimo de 30% na emissão de notas fiscais de serviços entre 2016 e 2018, com aumento similar na quantidade de bilhetes para sorteio do programa Nota do Milhão, o que acarretou um crescimento linear que proporcionou, em 2018, aumento de 7,9% das Receitas Tributárias, em termos reais, frente a 2017.

O IPTU apresentou crescimento de 7,5% em termos reais, decorrente, principalmente, da atualização gradual dos montantes da Planta Genérica de Valores (PGV), pela Lei Municipal nº 15.889/2013. Houve, também, um aumento nominal de 3,3% na Cota-Parte do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), na comparação entre o 1º semestre de 2017 e o de 2018, próximo à inflação do período, e de 4,1% da arrecadação do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), em 2018, por conta do aquecimento do mercado imobiliário a partir de 2016.

Evolução das principais receitas do Município (corrigidas pela inflação) - Em R\$ bilhões



Índice de inflação IPC-FIPE. (valores corrigidos monetariamente para preços de 2018).
Fonte: TC 5.301/2019.

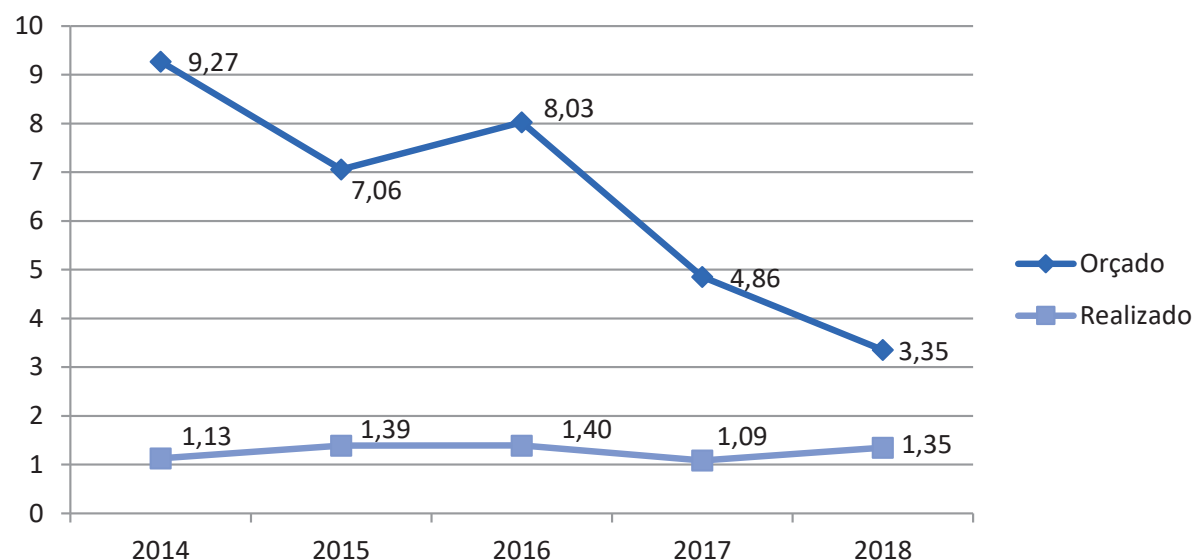
Em sentido contrário, deixaram de ser arrecadados R\$ 2,3 bilhões nas **Receitas de Capital**, em relação aos R\$ 4,2 bilhões previstos no

orçamento. Essa disparidade entre o montante estimado nas receitas de capital e a sua realização vem sendo observada desde 2014.

Receitas Correntes são, principalmente, Receitas provenientes de tributos/impostos e transferências correntes (transferências de recursos do Estado e da União para a Prefeitura).

Receitas de Capital são, principalmente, Receitas provenientes de operações de crédito (quando a Prefeitura pega dinheiro emprestado), venda de bens, transferências de Capital (transferências do Estado e da União para a Prefeitura realizar investimentos).

Receita de Capital Nominal (exceto depósitos judiciais e desestatização) – Em R\$ bilhões



Fonte: TC 5.301/2019.

Valores das Receitas de Capital (sem valores intraorçamentários) – Em R\$ milhões

Categoria (exercício de 2018)	Previsto	Arrecadado	Diferença	% Realização
	4.173	1.900	(2.273)	45,5
Transferências da União e de suas Entidades	787	224	(563)	28,4
Receitas de CEPAC	538	4	(534)	0,8
Alienação de Títulos Mobiliários	500	-	(500)	0,0
Alienação de Bens Imóveis	359	12	(348)	3,2
Operações de Crédito	482	149	(333)	30,9
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	301	2	(299)	0,7
Transferências de Instituições Privadas	42	-	(42)	0,0
Amortização de Empréstimos	22	23	1	105,9
Transferências dos Estados e de suas Entidades	446	488	42	109,5
Demais Receitas de Capital	697	998	302	143,3
Total	54.230	52.271	(1.959)	96,4

Fonte: TC 5.301/2019.

As Receitas decorrentes de operações de crédito (empréstimos) realizadas, em 2018, foram direcionadas principalmente para financiar o Programa Habitacional Casa da Família (R\$ 100 milhões) e o Programa Asfalto Novo (R\$ 30 milhões).

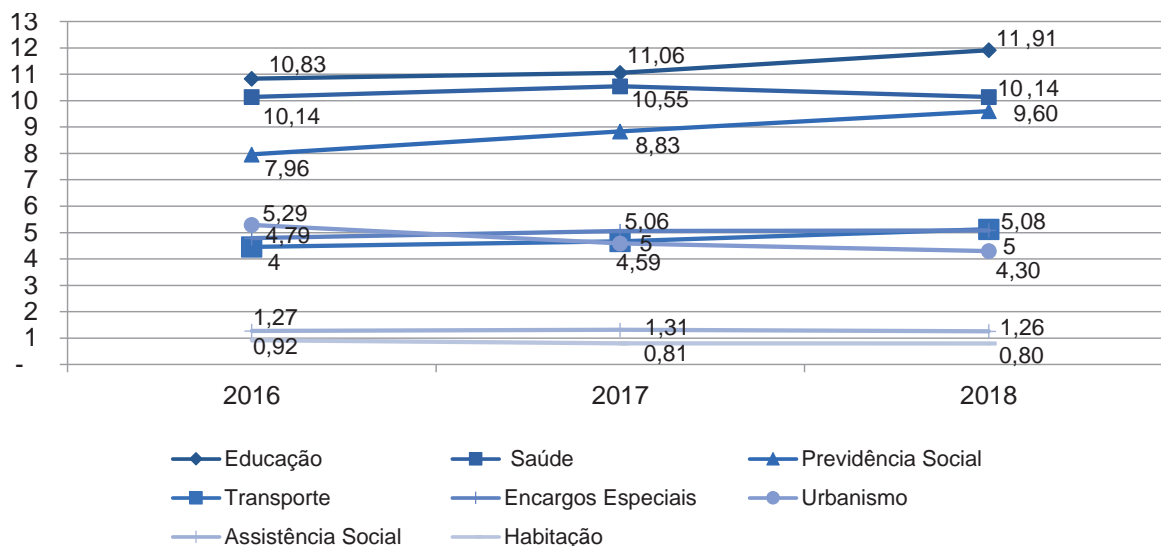
As transferências de Capital provenientes da União responderam pela maior diferença absoluta de recursos que deixaram de ser arrecadados nessa Receita.

DESPESA

As Despesas realizadas pelo Município em 2018, da ordem de R\$ 54,2 bilhões, representaram aumento real de 2,3% em comparação com o exercício anterior, mantendo-se as tendências

observadas em 2016 e 2017 na evolução das oito principais funções, que respondem por 93% das despesas empenhadas.

Evolução das principais funções de governo/despesas empenhadas (valores reais) – Em R\$ bilhões



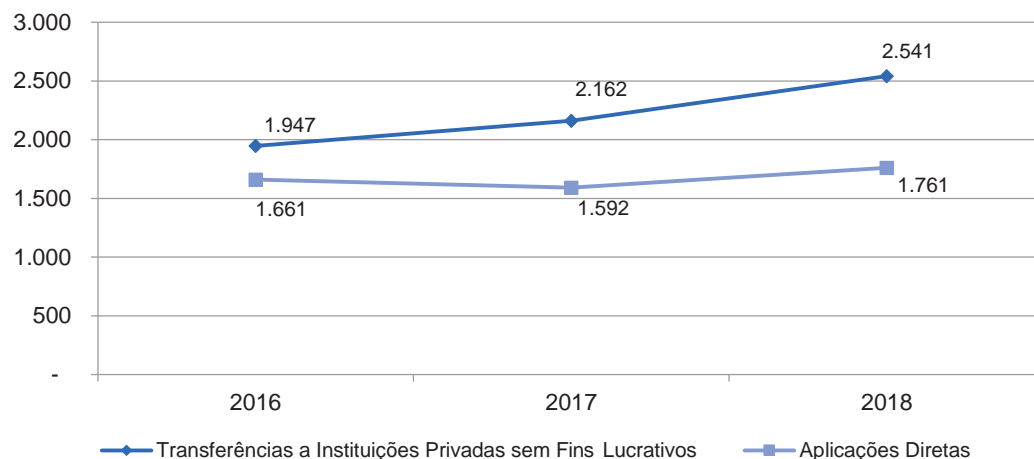
Fonte: TC 5.301/2019.

Na Educação, um dos principais aumentos reais de despesa ocorreu na contratação de serviços de terceiros, corresponde à transferência

de serviços prestados diretamente às entidades sem fins lucrativos, concentradas no atendimento da demanda por vaga em creches.

Vem aumentando o volume de recursos executados por meio de entidades que mantêm parceiras com o poder público para prestação de serviços, especialmente de Educação, Saúde e Assistência Social.

Modalidades do elemento "Serviços de Terceiros" (valores reais) – Em R\$ milhões

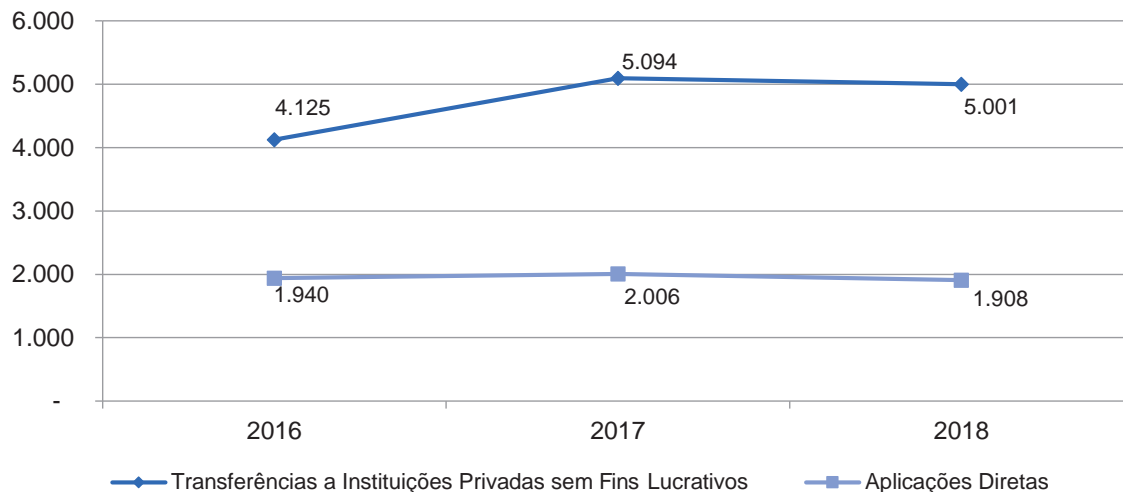


Fonte: TC 5.301/2019.

A mesma movimentação se percebe na Saúde, considerando que metade de seu orçamento (R\$ 5 bilhões) foi transferida às entidades

parceiras privadas em Contratos de Gestão ou Convênios.

Modalidades do elemento “Serviços de Terceiros” (valores reais) – Em R\$ milhões

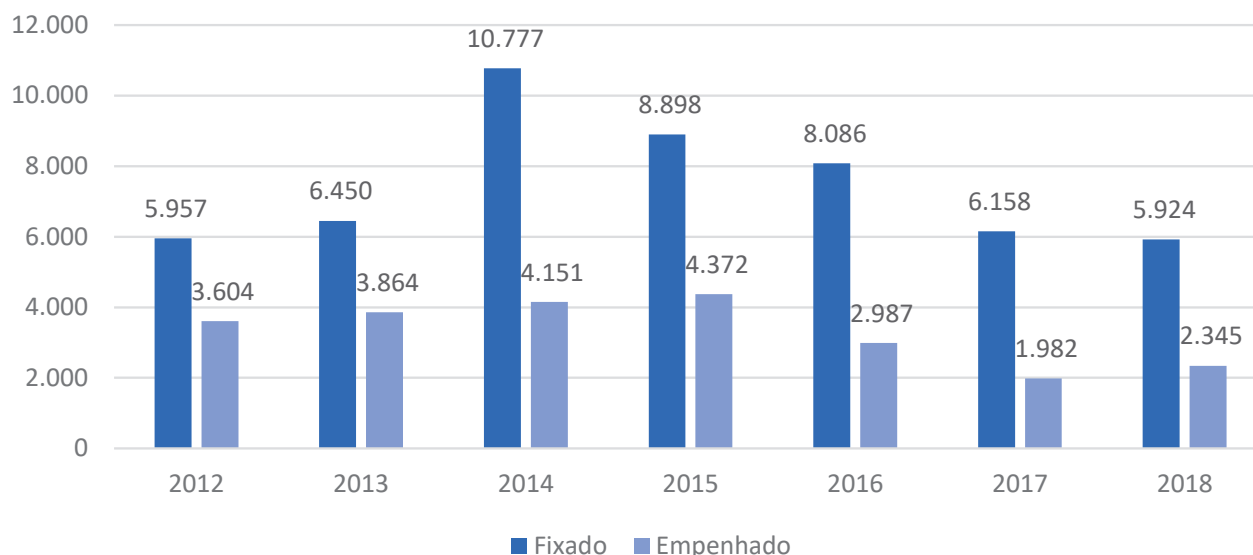


Fonte: TC 5.301/2019.

Nos investimentos, o Município tem demonstrado dificuldade persistente para a execução de projetos originalmente autorizados no orçamento.

Não obstante, observou-se, em 2018, uma pequena melhora no investimento na comparação com o exercício de 2017.

Investimentos - Orçamento Fixado x Empenhado (valores nominais) - Em R\$ milhões



Fonte: TC 5.301/2019.

Nos investimentos, o Município tem demonstrado dificuldade constante para a execução de projetos originalmente autorizados no orçamento.

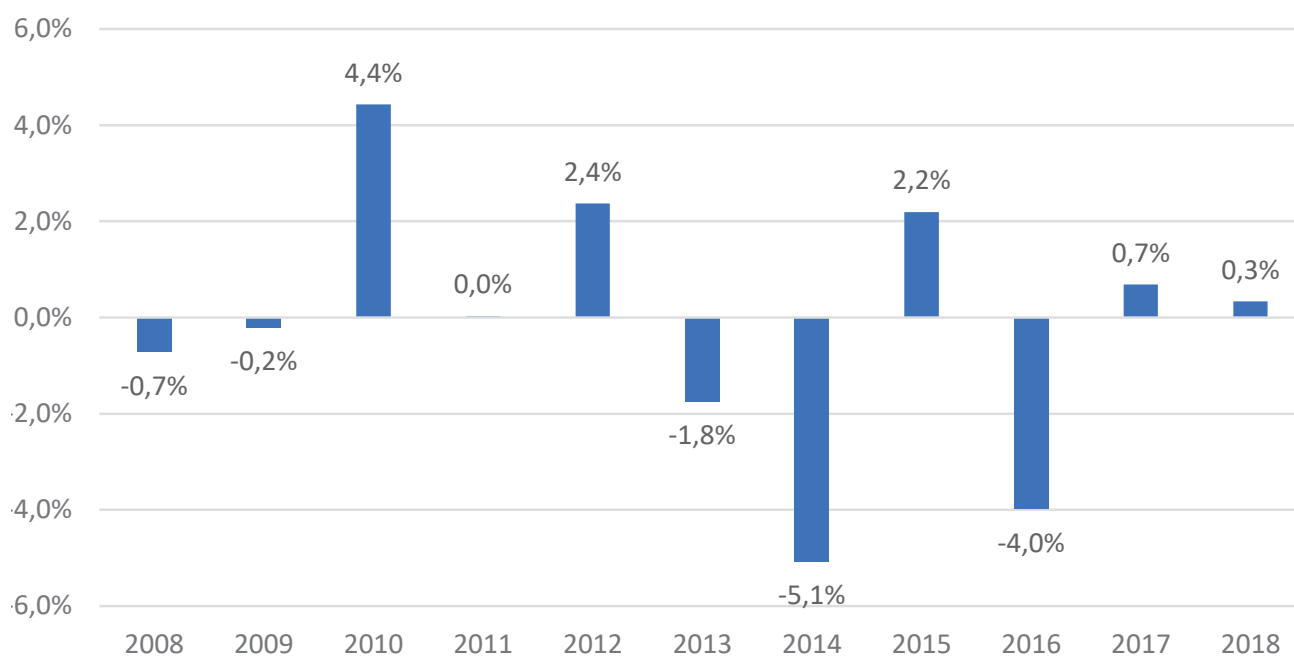


RESULTADO

No **resultado da execução** do orçamento, no exercício de 2018, as Receitas e as Despesas cresceram de forma equivalente e proporcional,

entre 2017 e 2018, resultando em um superávit orçamentário de R\$ 180,9 milhões.

Evolução Real das Receitas e Despesas



Fonte: TC 5.301/2019.

O **resultado da execução** orçamentária do ano é igual às Receitas arrecadas menos as Despesas empenhadas no exercício.



SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Sobre a evolução das **disponibilidades**, houve, em 2018, um acréscimo de 15,8% nas disponibilidades financeiras do Município (+R\$ 1,1 bilhão), comparando-se com o saldo do final do

exercício anterior, resultante da diferença entre os valores arrecadados (R\$ 54,3 bilhões) e os pagamentos efetuados (R\$ 53,2 bilhões).

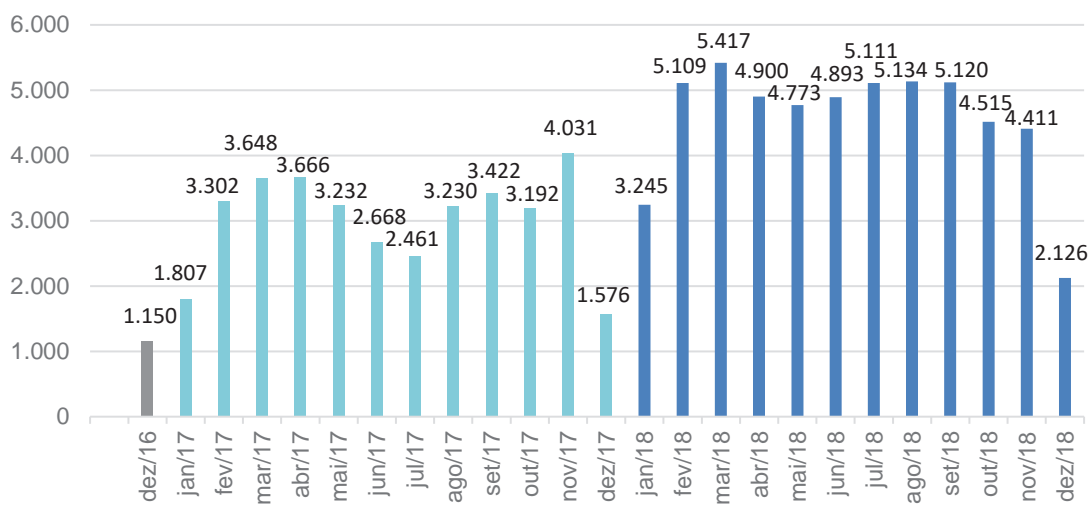
Disponibilidades são compostas por ativos de alta liquidez como Caixa e Equivalentes de Caixa.

RECURSOS LIVRES E RECURSOS VINCULADOS

Ponto positivo observado, em 2018, foi que as Receitas recorrentes (recursos livres) voltaram a sustentar as Despesas livres (ordinárias). As disponibilidades mensais de 2018 também

ficaram acima das registradas em 2017, por conta do avanço na arrecadação dos impostos, notadamente o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Evolução dos Recursos Livres da PMSP entre 2017 e 2018 – Em R\$ milhões



OBS: Não inclui Depósitos Judiciais
Fonte: TC 5.301/2019.

Recursos livres são valores arrecadados disponíveis para utilização sem destinação específica, isto é, não são vinculados a nenhum órgão ou programação.

Recursos vinculados são valores que devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.

Não obstante, o confronto das disponibilidades financeiras livres com as correspondentes **obrigações de curto prazo** evidenciou sinais de dificuldades operacionais financeiras ao final de 2018 e início de 2019. O aumento das

disponibilidades de R\$ 2,4 bilhões, na comparação com 2017, foi consumido integralmente pelo acréscimo do pagamento das Despesas orçamentárias (+ R\$ 2,2 bilhões) e dos restos a pagar (+R\$ 564 milhões).

Recursos Disponíveis Livres x Obrigações de Curto Prazo – Em R\$ milhões

Fonte Recursos Livres	31.12.17	31.12.18 Cálculo 1	31.12.18 Cálculo 2
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.552	3.117	3.117
(-) Restos a Pagar	(1.271)	(1.988)	(1.382)
(-) Demais Obrigações Financeiras	(457)	(378)	(378)
Disponibilidade de Caixa Líquida	824	750	1.356
(-) Compensações Tarifárias a Pagar em DEA	(302)	(174)	(174)
Disponibilidade de Caixa Líquida (ajustada)	522	576	1.182

Obs.: As Compensações Tarifárias pendentes nos exercícios também foram consideradas no cálculo (DEAs pagas e Documentos SPTTrans).
Fonte: TC 5.301/2019.

Apurou-se, em 2018, um contraste entre o excesso de disponibilidade nos recursos vinculados e a exiguidade dos recursos livres.

As **obrigações de curto prazo** abrangem compromissos a pagar em curto prazo.

O cenário orçamentário-financeiro observado preocupa a médio/longo prazo considerando fatores que pressionam as Despesas municipais, tais como o aumento dos gastos com a Previdência; as obrigações de quitação da dívida total de Precatórios em atraso, na forma prevista pelas Emendas Constitucionais nos 94/16 e 99/17; a ausência de aumento real das transferências do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) e Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e a tendência de diminuição da arrecadação decorrente dos Programas de Parcelamento Incentivado.

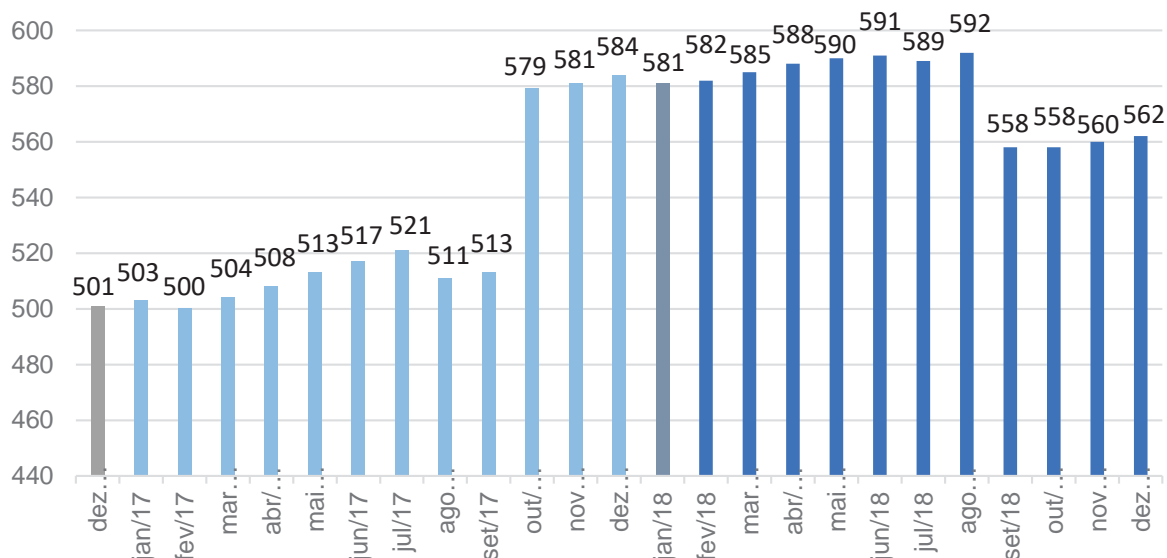
As Receitas vinculadas, mantidas no mesmo patamar dos exercícios anteriores, também superaram o pagamento das despesas, aumentando as disponibilidades em 2018. Não obstante, observou-se redução de R\$ 579 milhões na receita de Depósitos Judiciais, que passou de R\$ 1,2 bilhão em 2017 para R\$ 586 milhões. Em 2018, essa diferença foi compensada, principalmente, pelos aumentos de R\$ 510 milhões nas Transferências Federais da Saúde e de R\$ 301 milhões nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

O confronto entre as **disponibilidades** e as **obrigações de curto prazo** resulta em excedente ou em insuficiência de disponibilidades livres e vinculadas.

Em 2018, houve um contraste entre o excesso de disponibilidade nos recursos vinculados e a exiguidade dos recursos livres: foram identificados dois recursos vinculados sem movimentação há pelo menos dois anos, recebendo apenas os rendimentos de aplicações financeiras:

Operação Água Branca (saldo de R\$ 615 milhões) e Parque Augusta/Creches-TAC UBS e Citibank (saldo de R\$ 89 milhões). Na Operação Urbana Faria Lima, como a utilização dos recursos também foi bastante reduzida, os saldos mensais permaneceram elevados.

Evolução dos Disponíveis Mensais da Operação Faria Lima – Em R\$ milhões



Fonte: TC 5.301/2019.

Em 2018, constatou-se um total de R\$ 778 milhões nas desvinculações de recursos, resultante da transferência das contas bancárias vinculadas para as livres, com base no Decreto Municipal nº 57.380/16 e Portarias de Desvinculação de Receitas de 2018 (SF nº 220/18 e 22/19).

A arrecadação por meio de operações de crédito foi da ordem de R\$ 149 milhões, inaugurando a possibilidade de endividamento criada com a renegociação da dívida com a União em 2016.



SITUAÇÃO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO

Em 2018, houve ressalva quanto ao descumprimento dos prazos apresentados no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, para fins de reconhecimento, mensuração e evidenciação

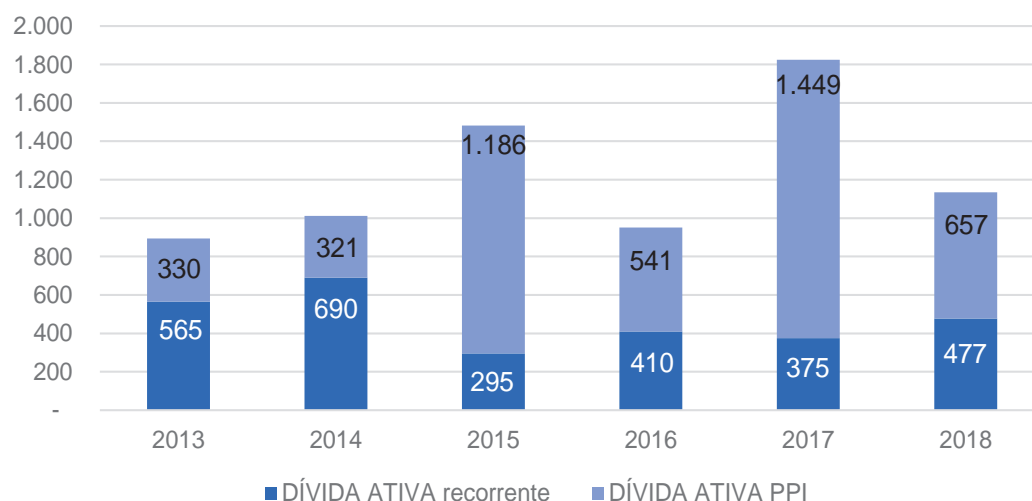
do patrimônio público de todos os entes da Federação; bem como diante de diversos outros componentes que ainda não constam do Balanço Patrimonial da PMSP, prejudicando a fidedignidade das informações lançadas.

DÍVIDA ATIVA

Ao final de 2018, a Dívida Ativa da Prefeitura alcançava o montante de R\$ 49,9 bilhões, sendo que o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) constituem as principais dívidas a receber. Em que pesem os Programas de Parcelamento

Incentivado (PPI) abertos para regularização dos débitos dos contribuintes tenham tido resultados positivos para a arrecadação municipal (em 2015, R\$ 1,9 bilhão e, em 2017, R\$ 2,2 bilhões), em 2018 o programa não foi adotado.

Proporção do PPI na Dívida Ativa (valores nominais) – Em R\$ milhões



Fonte: TC 5.301/2019.

Dívida Ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários, em favor da Fazenda Pública, que não foram recebidos no prazo regular para pagamento.



PRECATÓRIOS

Em 2018, foi transferido R\$ 1,8 bilhão para o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), visando o pagamento de dívidas decorrentes de sentença judicial. Não obstante, o saldo da dívida de Precatórios da Prefeitura aumenta ano a ano, uma

vez que as transferências realizadas ao TJSP não têm sido suficientes para cobrir a inscrição de novos Precatórios (Mapa Orçamentário de Credores – MOC), que, em 2019, apresentou 2,1 bilhões.

Precatórios são obrigações a pagar decorrentes de sentença judicial.



APLICAÇÕES CONSTITUCIONAIS

Em 2018, o Município de São Paulo aplicou 25,13% da Receita resultante de impostos, compreendidas as Transferências, na manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Educação Infantil (MDE), acima, portanto, do mínimo constitucional de 25%; e 36,91% quando consideradas também as Despesas com a

Educação Inclusiva, superior ao mínimo de 31% da Lei Orgânica Municipal.

Os gastos com Saúde corresponderam a 18,95% das Receitas que compõem a base de cálculo, consideradas as Despesas liquidadas no exercício de 2018, acima do mínimo exigido de 15%.





RESPONSABILIDADE FISCAL

LIMITE DE ENDIVIDAMENTO

Quanto à Dívida Consolidada, desde a renegociação do contrato de refinanciamento com a União, em 2016, o Município de São Paulo encontra-se abaixo do limite de endividamento de 1,2 – relação entre o montante da Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a Receita Corrente Líquida (RCL) –, previsto no inciso II do art. 3º

da Resolução 40/01 do Senado Federal, possibilitando a contratação de novos empréstimos. As Receitas oriundas de operações de créditos e garantias, em 2018, deram atendimento aos limites previstos no inciso I do art. 7º, no art. 9º e no art. 10º da Resolução 43/01 do Senado Federal.

O Município de São Paulo encontra-se abaixo do limite de endividamento de 1,2, previsto no inciso II do art. 3º da Resolução 40/01 do Senado Federal.

DESPESA DE PESSOAL

Em 2018, os gastos com Despesa de Pessoal ficaram em torno de 31,3% da Receita Corrente Líquida (RCL), dentro dos parâmetros fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Não obstante, houve Alerta quanto ao aumento das Despesas com pessoal embutidas nos Contratos de Gestão e Convênios, especialmente nas Secretarias Municipais de Saúde, Educação e Assistência Social, o que pode implicar risco fiscal a médio/longo prazo. Assim como nos exercícios anteriores, a Lei Orçamentária para 2018 não contemplou Elemento de Despesa

específico para permitir o reconhecimento dos valores referentes à substituição de servidores e empregados públicos nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal. Em 16 de abril de 2019 houve a publicação em nível federal da Portaria STN nº 233, a qual possibilita que as Despesas de pessoal das organizações sociais e similares, enquadradas como atividades finalísticas, não sejam excepcionalmente levadas em consideração no cômputo do limite estabelecido pela LRF nos anos de 2018 a 2020, e isto está sendo objeto de monitoramento pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP).

Houve Alerta quanto ao aumento das Despesas com pessoal embutidas nos Contratos de Gestão e Convênios, o que pode implicar risco fiscal a médio/longo prazo.

RENÚNCIA DE RECEITAS

A previsão orçamentária original de Renúncias de Receita para 2018, de R\$ 217,0 milhões, foi subestimada. O montante apurado alcançou R\$ 9,8 bilhões, representando um aumento de 0,9%, em relação a 2017, sem que tenham sido divulgadas as necessárias medidas de compensação dos benefícios fiscais concedidos, por tributo.

Renúncia de Receita por tributo – Em R\$ milhões

Tributo	Realizada		Prevista		Projetada	
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
IPTU	1.857	2.062	2.255	2.339	2.433	2.524
ISS	6.241	7.502	7.982	8.311	8.705	9.123
IPTU + ISS	1	2	34	15	15	16
IPTU + ISS + ITBI	52	67	72	75	79	84
PPI (IPTU, ISS, ITBI, Taxas e Contribuições)	1.528	128	104	92	81	76
COSIP	33	36	42	44	45	47
TRSS	1	1	7	8	8	8
Total	9.714	9.799	10.495	10.884	11.366	11.878

Obs: Os valores referentes aos exercícios de 2017/2018 são os realizados; em 2019 são valores previstos e para o período de 2020 a 2022 trata-se de renúncia projetada. Fonte: TC 5.301/2019.

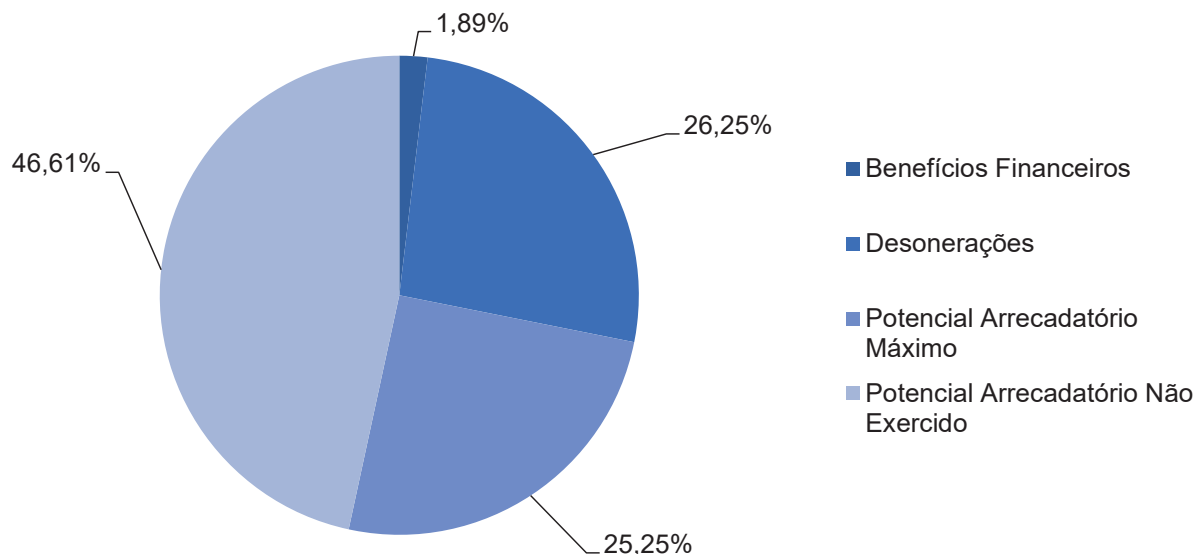
Frente à Receita Corrente Líquida (RCL), a participação das Renúncias de Receitas, em 2018, foi de aproximadamente 20%. Analisando apenas as Renúncias de natureza tributária frente às Receitas Tributárias arrecadadas, o percentual foi de 32,9%.

Diante do elevado patamar observado de Renúncia de Receitas, bem como considerando que o Município tem demonstrado dificuldade constante para a execução de investimentos originalmente autorizados no

orçamento, por conta da queda das Receitas de investimentos, houve Alerta para o risco fiscal envolvido nessa questão a médio/longo prazo, em especial em consequência da expressiva diminuição das transferências federais.

Aproximadamente 74,7% das Renúncias de Receitas são decorrentes de leis municipais que instituem isenções, anistias, remissões e incentivos ou da falta de atualização da Planta Genérica de Valores dos Imóveis (PGV).

Renúncia de receitas são reduções de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, como incentivos fiscais e subsídios.



Fonte: TC 5.301/2019.

DEPÓSITOS JUDICIAIS

Ao término de 2018, o saldo total dos depósitos disponibilizados para a Prefeitura e ainda pendentes de decisão judicial definitiva era de R\$ 10,1 bilhões. As obrigações com depósitos judiciais aumentaram em média R\$ 1 bilhão a cada ano, com destaque para o biênio 2017/2018, que apresentou um forte crescimento de R\$ 2,8 bilhões.

O alto índice de utilização na execução

orçamentária dos depósitos judiciais sem garantia de manutenção dessa fonte de recurso faz com que as obrigações com depósitos judiciais representem um fator de risco capaz de afetar a sustentabilidade das contas públicas, considerando a evolução crescente do seu saldo e o aumento na recomposição do fundo de reserva custeada com recursos livres. Por essa razão, foi objeto de Alerta específico, em 2018.

Movimentação do Saldo dos Depósitos Judiciais – Em R\$ mil

Depósitos judiciais	Total
Saldo Inicial	9.284.001
(+) 100% dos Depósitos Judiciais (novos)	1.404.348
(-) Levantamentos Efetuados a favor da PMSP	(260.274)
(-) Levantamentos Efetuados contra a PMSP	(808.099)
(+) Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	510.688
(=) Saldo Final	10.130.665

Fonte: TC 5.301/2019.

Depósitos Judiciais referem-se a depósitos efetuados por um cidadão ou pessoa jurídica em contas bancárias de titularidade do Poder Judiciário, com o objetivo de suspender temporariamente eventuais sanções ou negativas até que o evento que gerou dúvidas na cobrança imposta ao particular seja definitivamente avalizado pela Justiça.

PREVIDÊNCIA

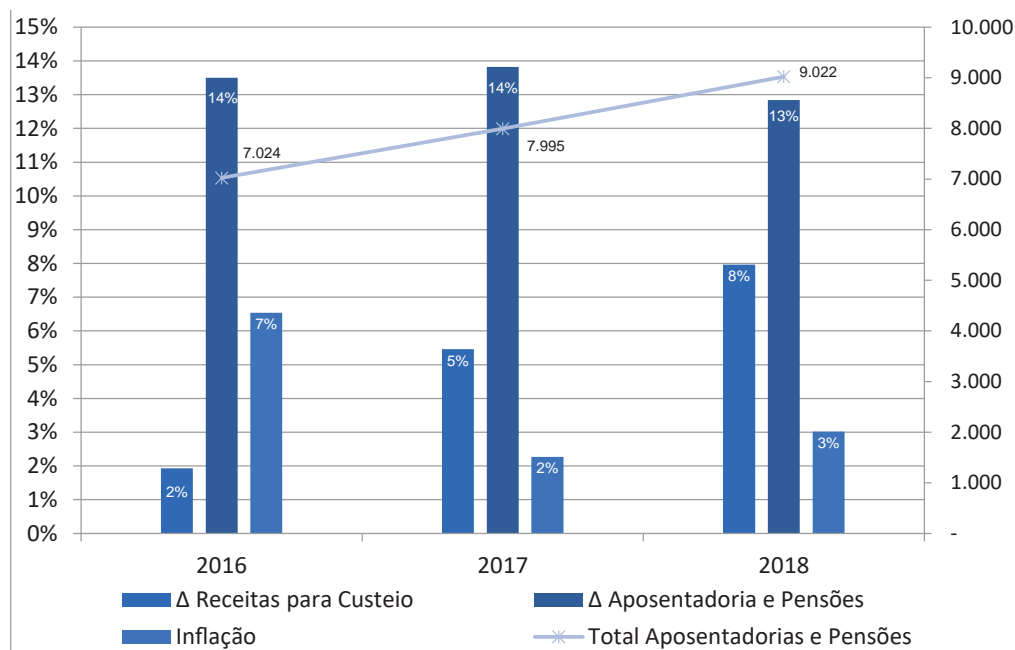
A análise das Receitas e Despesas orçamentárias identificou como outro risco fiscal o déficit financeiro previdenciário, na medida em que as Despesas previdenciárias a cada ano consomem uma parte maior do orçamento do Município. De 2016 a 2018, houve aumento real de 23% real das Despesas

com aposentadorias e pensões, encerrando o exercício de 2018 com montante total empenhado de R\$ 9,0 bilhões.

O ajuste realizado por meio do aumento da alíquota previdenciária para os servidores municipais ainda não teve seus efeitos concretizados em 2018.

Valor nominal e taxas de crescimento (aposentadorias, inflação e receitas)

– Em R\$ milhões



Obs.: As Receitas para custeio excluem todas as Receitas extraordinárias e, também, as Receitas que, por quaisquer motivos, não se destinam à manutenção cotidiana da administração pública, tais como o grupo “outras Receitas correntes”, que inclui indenizações, restituições, multas, juros de mora, receita da Dívida Ativa e os “bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público”. Para a análise, também não foram consideradas as Receitas intraorçamentárias, pois não configuram uma entrada de recurso efetiva nos cofres do Município (dados consolidados), além das Receitas de Capital que, por definição, não se destinam ao custeio da máquina pública.
Fonte: TC 5.301/2019.

De 2016 a 2018, houve aumento de 23% real das Despesas com aposentadorias e pensões, encerrando o exercício de 2018 com montante total empenhado de R\$ 9,0 bilhões.

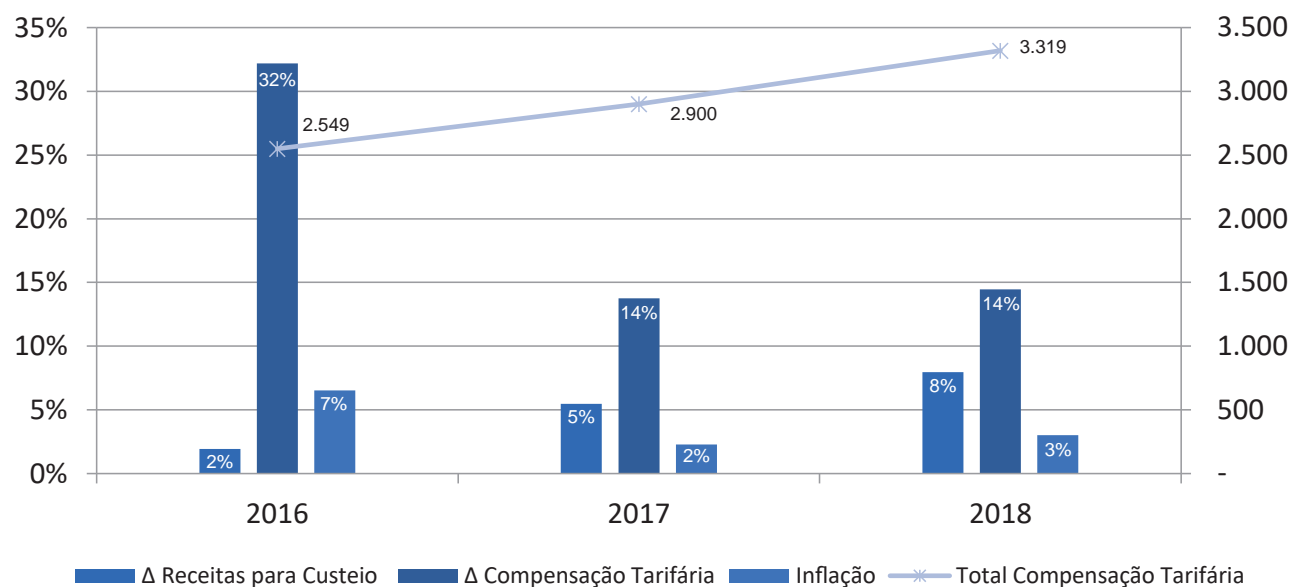
SUBSÍDIOS DOS TRANSPORTES

Em 2018, as despesas com “compensações tarifárias do sistema de ônibus” apresentaram valores empenhados (R\$ 3,3 bilhões) muito acima dos fixados no orçamento municipal (R\$ 2,1 bilhões).

Também foi destacada como risco fiscal a elevada taxa de crescimento dos gastos com subsídios dos transportes públicos coletivo,

uma vez que, em comparação com os exercícios anteriores, constatou-se que as Despesas com compensações tarifárias cresceram bem acima da inflação e das Receitas para seu custeio, aumentando de R\$ 2,5 bilhões, em 2016, para R\$ 3,3 bilhões, em 2018, o déficit financeiro do sistema de transporte coletivo.

Valor nominal e taxas de crescimento (subsídio, inflação e receitas) – Em R\$ milhões



Fonte: TC 5.301/2019.

Constatou-se que as Despesas com compensações tarifárias encontram-se acima da inflação e das Receitas para seu custeio.



Responsabilidade técnica

Gabinete do conselheiro Maurício Faria

Relatoria de Contas 2018

Parecer Prévio 2018

Subsecretaria de Fiscalização e Controle

Responsabilidade editorial

Assessoria de Imprensa

Projeto gráfico e editoração

Pluricom Comunicação Integrada®

Fotos

Freepick, Shutterstock, PXHere, sites de Secretarias Municipais e da Prefeitura de São Paulo

Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Av. Prof. Ascendino Reis, 1130 -

Vila Clementino

CEP 04027-000 - São Paulo - SP

+55 11 5080-1000

www.tcm.sp.gov.br



ISO 9001

